



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITEGI**  
**CHEFIA DE GABINETE**

---

Ofício nº 064/2023/GAPRE/PMC

Cuitegi/PB, 29 de novembro de 2023

**Exmo. Sr.**  
**Vivaldo Luis de França**  
**Presidente da Câmara Municipal**  
**Cuitegi - PB**

Senhor Presidente,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, uso este expediente para encaminhar o PROJETO DE LEI 016/2023, que *DISPÕE ALTERAÇÃO NO ART. 13 DA LEI Nº 616/2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*, cujo teor destina-se à apreciação dessa Casa Legislativa.

Sendo o que temos para o momento, aproveito a oportunidade para renovar-lhe votos de estima e elevada consideração.

**Geraldo Alves Serafim**  
Prefeito Constitucional

RECEBIDO EM 05/12/2023  
AS 10h34  
Elaine Almeida Santos.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITEGI**  
**CHEFIA DE GABINETE**

---

**PROJETO DE LEI 016/2023**

**DISPÕE ALTERAÇÃO NO ART.  
13 DA LEI Nº 616/2022 E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CUITEGI, ESTADO DA PARAÍBA**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 30 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, submete a Egrégia Câmara Municipal para apreciação e aprovação, o seguinte projeto de Lei:

Art. 1º - O artigo 13, da Lei Ordinária passe a ter o seguinte texto:

*“Art. 13 - A pensão por morte concedida a dependente do servidor público municipal será equivalente a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento).*

*§1º As cotas por dependente cessarão com a perda dessa qualidade e não serão reversíveis aos demais dependentes, preservado o valor de 100% (cem por cento) da pensão por morte quando o número de dependentes remanescente for igual ou superior a 5 (cinco).*

*§2º Na hipótese de existir dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão por morte de que trata o caput será equivalente a:*

*I - 100% (cem por cento) da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, até o limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social; e*

*II - uma cota familiar de 75% (setenta e cinco por cento) para o valor que supere o limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social.*

*§3º Para o dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, sua condição pode ser reconhecida previamente ao óbito do servidor, por meio de avaliação biopsicossocial realizada por equipe*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITEGI**  
**CHEFIA DE GABINETE**

---

*multiprofissional e interdisciplinar, observada revisão periódica na forma da legislação.*

*§4º Para concessão do benefício de pensão aos dependentes inválidos e incapazes será necessária a comprovação de que a invalidez ou incapacidade seja anterior ao fato gerador do benefício, não sendo admitida a inscrição daqueles que, mesmo nessa condição, não sejam solteiros ou possuam rendimentos, excetuando-se os benefícios sociais.*

*§5º A pensão por morte será devida aos dependentes a contar:*

*I – Do dia do óbito, se requerida até 30 dias depois deste;*

*II – Da data da decisão judicial, no caso de declaração de ausência; ou*

*III – Da data da ocorrência do desaparecimento servidor por motivo de acidente, desastre ou catástrofe, mediante prova idônea.*

*§6º Com a extinção da quota do último pensionista, extinta ficará também a pensão.*

*§7º Equiparam-se a filho, para fins de recebimento da pensão por morte, exclusivamente o enteado e o menor tutelado, desde que comprovada a dependência econômica.*

*§ 8º No que couber deverá ser aplicada as regras do RGPS.*

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor após a data de sua publicação.

Cuitegi/PB, 29 de novembro de 2023.

**GERALDO ALVES SERAFIM**  
**Prefeito Constitucional**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITEGI**  
**CHEFIA DE GABINETE**

---

**MENSAGEM AO PODER LEGISLATIVO 016/2023**

O presente projeto busca encaminhar ao legislativo proposta de alteração as normas previdenciárias propostas pela auditoria do TCE/PB, quando da análise do acompanhamento de gestão do Município de Cuitegi/PB.

Para tanto, segue em anexo o referido alerta emitido pelo órgão de controle.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência e aos demais pares votos de elevado e distinta consideração.

**GERALDO ALVES SERAFIM**  
**Prefeito Constitucional**





**Diretoria De Auditoria e Fiscalização - DIAFI**  
**Departamento de Auditoria de Atos de Pessoal e Previdência – DEAPP**  
**Divisão de Auditoria de Atos de Pessoal e Previdência I – DIAPP1**

<b>Processo nº</b>	00984/22
<b>Subcategoria</b>	Acompanhamento
<b>Jurisdicionado</b>	Instituto de Prev. do Município de Cuitégi
<b>Responsável</b>	Rosângela Maria Barbosa de Melo
<b>Assunto</b>	Processo de Acompanhamento de Gestão - Exercício 2022.
<b>Exercício</b>	2022
<b>Relator</b>	Conselheiro Substituto Oscar Mamede Santiago Melo

### RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO

Trata-se da análise da legislação que versa acerca das normas relacionadas aos benefícios previdenciários concedidos pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS editada no âmbito do ente federativo após a promulgação da Emenda Constitucional – EC nº 103/19.

O Município de Cuitégi editou a seguinte legislação relativa ao plano de benefícios previdenciários dos seus servidores:

Tipo	Número	Dt_Publicação	Vigência
Emenda à Lei Orgânica	01	28/06/2022	A partir de 28/06/2022
Lei Complementar	615	30/06/2022	A partir de 30/06/2022
Lei Ordinária	616	28/06/2022	A partir de 29/06/2022

Verificações iniciais acerca da legislação:

Questões	S/N
Houve referendo às revogações do art. 35 da EC 103/19?	S
A legislação editada contém problemas que impedem a atualização do sistema do TCE com as regras de benefícios nela previstas?	S

A partir da análise da legislação, verificaram-se as seguintes inconsistências:



a) a Emenda à Lei Orgânica dispõe sobre as regras permanentes de aposentadoria por incapacidade permanente, compulsória, voluntária e especial por exposição a agentes prejudiciais à saúde, mas não estabeleceu as respectivas formas de cálculo do benefício. Tal lacuna não foi suprida pela legislação do ente, já que a Lei nº 616/2022, além de não dispor sobre isso, revogou a lei local anterior;

b) diante da impossibilidade de se calcular a aposentadoria por incapacidade permanente, também não é possível apurar a pensão por morte de servidor falecido em atividade;

c) o art. 11 da LC nº 615/2022 previu regra permanente de aposentadoria para servidores com deficiência, em conflito com o art. 71-C da Lei Orgânica, com redação dada pela Emenda, cuja redação autoriza a alteração ao advento de lei federal, e não municipal:

**Art. 3º Até que lei Federal discipline o § 4º-A do art. 40 e o inciso I do § 1º do art. 201 da Constituição Federal,** a aposentadoria da pessoa com deficiência vinculado a regime próprio de previdência social, desde que cumpridos, no caso do servidor, o tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, será concedida na forma da Lei Complementar nº 142, de 8 de maio de 2013, inclusive quanto aos critérios de cálculo dos benefícios.

d) os arts. 8º, 9º e 10 da LC nº 615/2022 preveem regras de transição, sem que as idades mínimas fossem previstas pela Emenda à Lei Orgânica para tais casos;

e) o art. 13, § 3º, da Lei nº 616/2022 admite duas interpretações. Primeiro, que a cota familiar de 75% incidirá apenas sobre o valor excedente ao teto do RGPS. Segundo, que se aplica a cota familiar de 75% sobre toda a base de cálculo, quando esta ultrapassar o teto do RGPS; e 100%, quando não.

**§ 3º Na hipótese de existir dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão por morte de que trata o caput deste artigo será equivalente a:**

**I - 100% (cem por cento) da aposentadoria recebida pelo servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, até o limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS; e**

**II - uma cota familiar de 75% (setenta e cinco por cento).**

f) o art. 8º, § 6º, II, da LC nº 615/2022 previu aos servidores que ingressaram no serviço público a partir de 01/01/2004 que o seu benefício, nessa regra de transição, equivalerá à média correspondente a 60% do período contributivo, acrescido de 2% a cada ano que exceder a vinte anos de contribuição. Essa forma de cálculo viola os princípios da contributividade e referibilidade da Previdência Social, pois quanto mais tempo o servidor contribuir menor a sua média tenderá a ser;





g) nas regras de transição previstas nos arts. 9º e 10 da LC nº 615/2022, houve a menção ao art. 26 da EC nº 103/2019, referente à forma de cálculo do benefício, porém esses dispositivos não determinaram qual dos parágrafos da norma constitucional devem ser aplicados, o que inviabiliza a fixação dos proventos.

Ante o exposto, sugere-se a emissão de alerta:

1) Ao chefe do Poder Executivo em relação às inconsistências na legislação previdenciária municipal, em face da Emenda Constitucional 103/2019, apontadas no presente relatório, quais sejam:

a) a Emenda à Lei Orgânica dispõe sobre as regras permanentes de aposentadoria por incapacidade permanente, compulsória, voluntária e especial por exposição a agentes prejudiciais à saúde, mas não estabeleceu as respectivas formas de cálculo do benefício. Tal lacuna não foi suprida pela legislação do ente, já que a Lei nº 616/2022, além de não dispor sobre isso, revogou a lei local anterior;

b) diante da impossibilidade de se calcular a aposentadoria por incapacidade permanente, também não é possível apurar a pensão por morte de servidor falecido em atividade;

c) o art. 11 da LC nº 615/2022 previu regra permanente de aposentadoria para servidores com deficiência, em conflito com o art. 71-C da Lei Orgânica, com redação dada pela Emenda, cuja redação autoriza a alteração ao advento de lei federal, e não municipal;

d) os arts. 8º, 9º e 10 da LC nº 615/2022 preveem regras de transição, sem que as idades mínimas fossem previstas pela Emenda à Lei Orgânica para tais casos;

e) o art. 13, § 3º, da Lei nº 616/2022 admite duas interpretações. Primeiro, que a cota familiar de 75% incidirá apenas sobre o valor excedente ao teto do RGPS. Segundo, que se aplica a cota familiar de 75% sobre toda a base de cálculo, quando esta ultrapassar o teto do RGPS; e 100%, quando não.

f) o art. 8º, § 6º, II, da LC nº 615/2022 previu aos servidores que ingressaram no serviço público a partir de 01/01/2004 que o seu benefício, nessa regra de transição, equivalerá à média correspondente a 60% do período contributivo, acrescido de 2% a cada ano que exceder a vinte anos de contribuição. Essa forma de cálculo viola os princípios da contributividade e referibilidade da Previdência Social, pois quanto mais tempo o servidor contribuir menor a sua média tenderá a ser;

g) nas regras de transição previstas nos arts. 9º e 10 da LC nº 615/2022, houve a menção ao art. 26 da EC nº 103/2019, referente à forma de cálculo do benefício, porém esses dispositivos não determinaram qual dos parágrafos da norma constitucional devem ser aplicados, o que inviabiliza a fixação dos proventos.



2) Ao Gestor do RPPS para que acompanhe perante o Executivo as resoluções das inconsistências verificadas na legislação previdenciária.

É o relatório.



Assinado em 28 de Outubro de 2022



José Antônio de Lima Martins  
Mat. 3708420  
AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO

Assinado em 28 de Outubro de 2022



Sara Maria Rufino de Sousa  
Mat. 3705790  
CHEFE DE DIVISÃO

Assinado em 28 de Outubro de 2022



Fabiana Lusia Costa Ramalho de Miranda  
Mat. 3703185  
CHEFE DE DEPARTAMENTO



**Diretoria De Auditoria e Fiscalização - DIAFI**  
**Departamento de Auditoria de Atos de Pessoal e Previdência – DEAPP**  
**Divisão de Auditoria de Atos de Pessoal e Previdência II – DIAPP2**

<b>Processo nº</b>	741/23
<b>Subcategoria</b>	Acompanhamento
<b>Jurisdicionado</b>	Instituto de Prev. do Município de Cuitégi
<b>Responsável</b>	Rosângela Maria Barbosa de Melo
<b>Assunto</b>	Processo de Acompanhamento de Gestão - Exercício 2023.
<b>Exercício</b>	2023
<b>Relator</b>	Conselheiro Substituto Renato Sérgio Santiago Melo

**RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO**

Trata o presente Relatório de informar a manutenção das irregularidades remanescentes no Relatório constante às fls. 296/300, do Processo TC Nº 00984/22, resultantes no(s) Alerta(s) 00035/23 (para a Prefeitura) e 1414/22 (para o Ente Previdenciário), quais sejam:

- a) a emenda à Lei Orgânica dispõe sobre as regras permanentes de aposentadoria por incapacidade permanente, compulsória, voluntária e especial por exposição a agentes prejudiciais à saúde, mas não estabeleceu as respectivas formas de cálculo do benefício. Tal lacuna não foi suprida pela legislação do ente, já que a Lei Municipal n.º 616/2022, além de não dispor sobre isso, revogou a norma local anterior;
- b) diante da impossibilidade de se calcular a aposentadoria por incapacidade permanente, também não é possível apurar a pensão por morte de servidor falecido em atividade;
- c) o art. 11 da Lei Complementar Municipal n.º 615/2022 previu regra permanente de aposentadoria para servidores com deficiência, em conflito com o art. 71-C da Lei Orgânica, com redação dada pela emenda, cuja redação autoriza a alteração ao advento de lei federal, e não municipal;
- d) os arts. 8º, 9º e 10 da Lei Complementar Municipal n.º 615/2022 prevêm regras de transição, sem que as idades mínimas fossem previstas pela emenda à Lei Orgânica para tais casos;
- e) o art. 13, § 3º, da Lei Municipal n.º 616/2022 admite duas interpretações. Primeiro, que a cota familiar de 75% incidirá apenas sobre o valor excedente ao teto do Regime Geral de Previdência Social - RGPS. Segundo, que se aplica a cota familiar de 75% sobre toda a base de cálculo, quando esta ultrapassar o teto do RGPS, e 100%, quando não;



f) o art. 8º, § 6º, II, da Lei Complementar Municipal nº 615/2022 previu aos servidores que ingressaram no serviço público a partir de 01 de janeiro de 2004 que o seu benefício, nessa regra de transição, equivalerá à média correspondente a 60% do período contributivo, acrescido de 2% a cada ano que exceder a vinte anos de contribuição. Assim, essa forma de cálculo viola os princípios da contributividade e referibilidade da Previdência Social, pois quanto mais tempo o servidor contribuir menor a sua média tenderá a ser; e  
g) nas regras de transição previstas nos arts. 9º e 10 da Lei Complementar Municipal nº 615/2022, houve a menção ao art. 26 da EC n.º 103/2019, referente à forma de cálculo do benefício, porém esses dispositivos não determinaram qual dos parágrafos da norma constitucional devem ser aplicados, o que inviabiliza a fixação dos proventos.

Considerando o não encaminhamento de nova legislação previdenciária ao banco de legislações desta Corte de Contas, até a data de confecção desse relatório, corrigindo as inconsistências apontadas, mesmo após a edição do(s) alerta(s) mencionado(s), sugere-se a emissão de **novos alertas** com o mesmo teor dos já emitidos e para gestores atuais dos mesmos Entes, visando a correção das inconsistências verificadas na legislação previdenciária municipal, em relação à Emenda Constitucional 103/2019.

É o relatório.



Assinado em 18 de Outubro de 2023



Gustavo Silva Coelho  
Mat. 3707148  
CHEFE DE DIVISÃO

Assinado em 18 de Outubro de 2023



Fabiana Lusía Costa Ramalho de Miranda  
Mat. 3703185  
CHEFE DE DEPARTAMENTO

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "Gustavo Silva Coelho".